



POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+ E HOMONACIONALISMO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL

Varlei Machado da Rosa

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do Grupo Carrefour
varlei.rosa@estudante.uffs.edu.br

Ivann Carlos Lago

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
ivann@uffs.edu.br

1. Introdução

O debate sobre os direitos LGBTQIA+ no Brasil tem avançado no campo judicial, mas a realidade cotidiana desse segmento ainda é marcada por violências, desigualdade no acesso a direitos básicos e invisibilidade nas políticas públicas, especialmente no caso de corpos dissidentes, como pessoas trans e negras. Esta pesquisa problematiza a contradição entre o discurso institucional de inclusão e a manutenção de estruturas de exclusão, articulando essa tensão ao conceito de homonacionalismo (Puar, 2015), que denuncia a apropriação seletiva das pautas LGBTQIA+ por projetos políticos neoliberais e excludentes. No Brasil, essa lógica se expressa na incorporação de identidades LGBTQIA+ brancas, cisgêneras e de classe média à cidadania, em detrimento de sujeitos marginalizados.

O estudo justifica-se por sua contribuição ao debate crítico sobre a efetividade dessas políticas, propondo, como função social, reflexões para a construção de políticas públicas mais interseccionais, equitativas e transformadoras. O objetivo é analisar os desafios contemporâneos das políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil à luz do homonacionalismo, identificando suas manifestações e discutindo caminhos para políticas mais inclusivas.



2. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica contempla obras teóricas da área dos estudos queer e gênero, com ênfase em autores como Jasbir Puar (2015), Quinalha (2022) e Irineu (2014).

A análise documental foi realizada com base em legislações, planos nacionais, resoluções e programas governamentais de políticas públicas relacionadas com a população LGBTQIA+ no Brasil, considerando documentos oficiais de instituições ligadas ao Governo brasileiro.

A utilização dessas fontes (bibliográfica e documental) permitiu observar de que maneira o discurso institucional sobre a diversidade sexual e de gênero é concretizado nas políticas públicas, e em que medida ela contribui para a inclusão e exclusão de determinadas identidades LGBTQIA+. Para a análise, utiliza-se do conceito de homonacionalismo, formulado por Puar (2015), que insere a articulação entre o nacionalismo, sexualidade e os discursos por cidadania, evidenciando como algumas pessoas LGBTQIA+ são incorporados na lógica de pertencimento nacional enquanto outros grupos seguem marginalizados, revelando, no caso brasileiro, como o reconhecimento estatal pode reproduzir hierarquias dentro do próprio grupo.

3. Resultados e discussão

A análise das políticas públicas destinadas à população LGBTQIA+ no Brasil revela contradições entre a retórica de inclusão e as práticas institucionais que efetivamente perpetuam exclusões. Uma das principais contribuições desta pesquisa está na articulação dessa análise com o conceito de homonacionalismo, cunhado por Jasbir Puar (2015), que oferece uma interpretação que compreende como determinadas formas de inclusão de sujeitos LGBTQIA+ são mobilizadas por projetos de nação, cidadania e segurança que reforçam hierarquias de raça, classe, gênero e sexualidade.

Conforme abordado por Puar (2015, p. 299) o homonacionalismo corresponde ao “[...] reconhecimento legal, de consumidor e representativo dos sujeitos LGBTQ, e à restrição das prestações sociais, dos direitos dos imigrantes e da expansão do poder do Estado nas tarefas de supervisão, detenção e deportação.” Nesse sentido, segundo



entendimento de Quinalha (2022) há um avanço em legislações e garantias para o segmento LGBTQIA+, tendo como consequência a regressão ou marginalização de outros grupos. Dessa maneira, Puar (2015, p. 299) esclarece que o homonacionalismo antes de tudo é uma “[...] forma analítica de apreender os resultados de sucesso dos movimentos dos direitos liberais LGBT.”

O homonacionalismo também se manifesta por meio do fenômeno conhecido como *pinkwashing*, ou “lavagem cor-de-rosa. Na perspectiva analisa por Puar (2015), um dos exemplos emblemáticos é o de Israel. Nesse contexto, o *pinkwashing* refere-se como o Estado israelense promove sua reputação positiva em relação aos direitos da população LGBTQIA+ com o objetivo de suavizar críticas e, em certos casos, justificar ou legitimar a sua presença e ações em territórios palestinos. Assim, ao projetar-se como um local progressista e seguro para pessoas LGBTQIA+, Israel simultaneamente encobre e sustenta a ocupação de territórios palestinos.

A presença do homonacionalismo no Brasil pode ser observada, por exemplo, na declaração da presidente Dilma a favor da criminalização da homofobia em 2014, que reforçou o apoio de setores LGBTQIA+, mesmo após ela ter vetado o “kit Escola sem Homofobia”, evidenciando como certos posicionamentos simbólicos podem apagar contradições políticas anteriores. Maracci e Prado (2021) observam que esse apoio não se deu apenas como adesão ao governo ou ao partido, mas foi visto como uma escolha estratégica baseada na ideia do “mal menor”, uma postura que, apesar de compreensível, também reproduz efeitos subjetivos e políticos sobre a comunidade LGBTQIA+. No fundo, o que se configurou foi um pacto entre o Estado e determinados segmentos do movimento LGBTQIA+, no qual algumas pautas são legitimadas publicamente, mas sempre de forma subordinada às prioridades eleitorais e econômicas mais amplas.

Não obstante, observa-se que no contexto brasileiro o homonacionalismo se expressa nas políticas públicas que promovem a inclusão de sujeitos LGBTQIA+ apenas na medida em que estes se alinham a valores considerados compatíveis com a nação e o neoliberalismo. Isso se identifica, por exemplo, em políticas públicas voltadas para esse público que dão visibilidade, tão somente ao segmento gay e lésbico brancos, cisgêneros e de classe média, ao mesmo tempo que ignoram ou negligenciam as necessidades de pessoas trans, negras, periféricas e indígenas pertencentes a comunidade LGBTQIA+.



Nessa visão, percebe-se a constituição de uma cidadania sexual normativa, em que a sexualidade dissidente é tolerada, desde que domesticada e incorporada ao ideal neoliberal de sujeito consumidor e autogerido.

Embora políticas públicas como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT representem avanços, sua aplicação é limitada e dependente de conjuntura políticas específicas. Essa fragilidade institucional permite sua descontinuidade diante de governos conservadores, revelando um padrão de reconhecimento condicionado.

O homonacionalismo também é evidenciado na apropriação das pautas LGBTQIA+ por discursos neoliberais e dispositivos de segurança pública, que promovem uma inclusão baseada na respeitabilidade, consumo e controle. Campanhas institucionais e ações corporativas reforçam essa lógica ao esvaziar o caráter político das lutas e priorizar demandas assimiláveis. Enquanto isso, questões estruturais como moradia, saúde e proteção contra a violência seguem negligenciadas, revelando uma inclusão seletiva que reforça desigualdades internas na própria comunidade LGBTQIA+.

Nesse contexto, o homonacionalismo atua como um filtro que define quem pode ser incluído nas políticas públicas e quem permanece excluído, reforçando desigualdades ao invés de combate-las. Esse processo ocorre tanto nas esferas estatais quanto dentro da própria comunidade LGBTQIA+, onde discursos racistas, transfóbicos e moralizantes reproduzem a marginalização de corpos dissidentes. Assim, torna-se urgente a construção de políticas públicas interseccionais, baseadas nas vivências das populações mais vulnerabilizadas, como forma de romper com a lógica neoliberal e seletiva da inclusão.

4. Considerações finais

Este estudo permitiu evidenciar que as políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil, embora representem avanços formais importantes, ainda enfrentam desafios estruturais que comprometem sua efetividade e abrangência. O homonacionalismo surge como uma lente crítica potente para compreender como as agendas da diversidade podem ser cooptadas por projetos políticos que, ao invés de promover a inclusão, reforçam exclusões e hierarquias dentro da própria comunidade LGBTQIA+.



Conclui-se que é necessário superar a lógica das políticas simbólicas e construir ações estatais que considerem a interseccionalidade de raça, classe, gênero, território e corporalidade. Isso requer, entre outros aspectos, maior participação popular nos processos decisórios, investimento contínuo em políticas afirmativas e enfrentamento da LGBTfobia estrutural em suas múltiplas dimensões.

Referências

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, 2014, v. 12, 34 ed., p. 155-178. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15088/11438>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MARACCI, João Gabriel; PRADO, Marco Aurélio. Homonormatividade e homonacionalismo: conceitos para pensar no Brasil recente? In: IRINEU, Bruna Andrade et al [ORGs.]. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero**: saberes plurais e resistências. Campina Grande: Realize editora, 2021, v. 1, p. 2965-2978.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 3, n. 1, 2015, p. 297-318. Disponível em: <https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/1788/1805>. Acesso em: 19 jun. 2025.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBT+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus Cerro Largo*, assim como ao Grupo CARREFOUR, que oportunizou financiamento a partir de bolsa de estudos e permanência, e possibilitou a presente pesquisa.